

## As Mulheres No Mundo Do Trabalho

Tânia Maria Gomes da Silva<sup>1</sup>

Resumo: Buscando discutir a relação entre mulheres e o mundo do trabalho, apresentaremos uma pesquisa envolvendo vinte moradoras das camadas populares de uma pequena cidade do interior do Paraná que viviam no momento das entrevistas ou haviam vivido em algum momento de suas vidas, a experiência da união conjugal não legalizada no âmbito civil e religioso, denominadas união consensual ou, de maneira mais popular, amigamento ou mancebia. Estas mulheres, de idades variadas, mas compartilhando condições socioeconômicas semelhantes, foram ouvidas no período de janeiro a agosto de 2004, buscando compor um trabalho de doutoramento, defendido no programa de pós-graduação, na Universidade Federal do Paraná. Nas entrevistas, elas falaram sobre múltiplos aspectos de suas vidas: a infância; a adolescência; a experiência da conjugalidade; a maternidade; as redes de solidariedade estabelecidas com a família, a vizinhança e os amigos; as dificuldades que a pobreza lhes impõe; seus sonhos e aspirações, etc. Para esta apresentação, optamos por fazer um recorte nas entrevistas, privilegiando aqueles momentos dos depoimentos em que as entrevistadas discorreram especificamente sobre a prática do trabalho; seja no que diz respeito ao trabalho no âmbito privado, isto é, no espaço doméstico, seja no âmbito público. A pesquisa empírica evidenciou que, dada a baixa escolaridade e a falta de qualificação, estas mulheres têm dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. A falta de qualificação profissional, somado ao fato de que a cidade não oferece grandes possibilidades de emprego, contribui de maneira considerável para as difíceis condições de vida das famílias dessas mulheres, fragilizando-as ainda mais. Quanto ao trabalho doméstico, pudemos perceber uma profunda insatisfação com a rotina repetitiva de lavar, passar, cozinhar, uma vez que as mulheres contam muito pouco ou nada com a ajuda de seus companheiros. Estes, por serem homens, se julgam completamente descomprometidos com as tarefas domésticas. Tal situação termina por gerar nas mulheres uma opressão que as leva ao esgotamento não somente físico, mas também psicológico. Em especial aquelas que têm filhos pequenos e não podem contar, por exemplo, com aparelhos eletrodomésticos que lhes facilite a vida, demonstraram um grau de saturação ainda mais intenso. As que, além das lidas domésticas, trabalham fora de casa, exercem trabalhos mal remunerados, não têm registro e, por isso mesmo, se encontram totalmente desprotegidas das leis trabalhistas. Essa situação de desamparo é um agravante da situação de pobreza, em especial quando pensamos que seus companheiros também estão, quase sempre, no mercado informal e recebendo igualmente baixos salários. A primeira parte desse trabalho apresenta, sem pretensão de esgotar o tema, uma discussão sobre a relação mulher e trabalho no Brasil e, no momento posterior, traz o resultado da pesquisa empírica, pontuando as falas das mulheres entrevistadas em Mandaguari.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. História oral

Este artigo, construído com base em entrevistas realizadas com moradoras da periferia do município de Mandaguari, norte do Paraná, é parte de uma discussão levantada em minha tese de doutorado, onde busquei abordar a experiência das uniões conjugais não legalizadas, denominadas uniões consensuais ou, de modo mais popular, amigamento ou mancebia (SILVA, 2007).

Valendo-me da história oral, entrevistei no período de janeiro a agosto de 2004, vinte mulheres, de diferentes faixas etárias que viviam no momento da pesquisa ou haviam vivido, em algum momento de suas vidas, a experiência da conjugalidade informal. Isto é, uma relação conjugal sem oficialização no âmbito religioso e civil. O problema que sustentava a tese era o de tentar compreender como as mulheres viviam uma relação conjugal informal num mundo onde a tudo se busca registrar, legitimar, ordenar, bem como perceber se o fato de não serem legalmente casadas as levava a estabelecer relações menos descompromissadas com seus parceiros.

Segundo definição de Alberti (2004), num trabalho de história oral, as entrevistas podem ser de caráter temático, quando versam prioritariamente sobre o tema escolhido; ou história de vida, quando têm como centro o próprio indivíduo, incluindo sua infância até o momento em que fala. Na elaboração da tese ambos os procedimentos foram adotados, pois, ainda que as entrevistas tivessem a questão da conjugalidade informal como eixo temático determinante, as falas trouxeram discussões muito variadas sobre as experiências femininas: a infância, a relação com os pais, os sonhos e aspirações da juventude, a maternidade, a pobreza, os preconceitos, etc. Assim, diferentes capítulos foram construídos abordando temas distintos.

Para esta apresentação, julguei procedente fazer um recorte sobre um tema específico: o trabalho. Assim, trarei para essa discussão apenas as falas das entrevistadas que, de um modo ou de outro, tiverem relação com o mundo do trabalho, seja ele doméstico ou não. Busco, desse modo, pensar como a identidade feminina é construída frente ao mundo do trabalho através de um recorte que se dá por gênero e por classe.

Gênero e classe social são os dois princípios básicos da estratificação social. A distinção de gênero é mais antiga do que a de classe, embora tenha sido dada sempre maior atenção nos estudos sociológicos às distinções de classe, na medida em que esta seria um mecanismo mais geral de estratificação social, estruturando inclusive as diferenças entre homens e mulheres (RIBEIRO, 2005)

Na sua utilização mais recente, a palavra gênero apareceu primeiro entre as feministas norte-americanas que insistiam no caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo. Desse modo, gênero indicava as determinações socialmente construídas e rejeitava o determinismo biológico.

Quanto à definição de classes populares ou pobres, sabemos que não existe um conceito único. Sarti (1996), por exemplo, distingue o pobre, morador da periferia, do favelado, constituindo importante referência para a diferenciação interna. Para esta autora, “*a pobreza é uma categoria relativa. Qualquer tentativa de confiná-la a um único eixo de classificação, ou a um único registro, reduz seu significado social e simbólico*” (p.23). Apesar da heterogeneidade na conceituação de pobreza parece possível uma definição que dê conta de explicar qual é nosso entendimento do termo.

Sem aprofundarmos a discussão, pensamos que o pobre é aquele que não tem o necessário para uma vida digna, vivendo no limiar da sobrevivência e sendo privado de grande parte das benesses do mundo capitalista. Reside normalmente nas periferias da cidade, local menos servido por transportes públicos e saneamento básico; habita moradias pouco confortáveis e rústicas; não dispõe de recursos que lhe possibilite viagens de lazer e entretenimento; a alimentação é precária e, algumas vezes, incerta; para atendimento de suas necessidades na área de saúde não dispõe de outro recurso a não ser os atendimentos nos

postos públicos, na maioria das vezes sujeitando-se a longas filas de espera para serem atendidos, mesmo em casos de vida ou morte. Enfim, indivíduos excluídos das vantagens e confortos que o avanço capitalista oferece.

Na sequência, apresentarei como elemento de sustentação da discussão algumas questões gerais sobre o universo feminino e o mundo do trabalho. Depois, num momento posterior, trarei à baila do debate o resultado da pesquisa empírica, apresentando as experiências das mulheres mandaguarienses entrevistadas.

### **A mulher e o trabalho:**

É fato sabido que as mulheres sempre fizeram parte do mundo do trabalho, ainda que uma participação mais ostensiva e que fosse capaz de englobar mesmo aquelas procedentes dos estratos sociais mais elevados seja um fenômeno típico do mundo contemporâneo. As mulheres sempre trabalharam, mas nem sempre estiveram suficientemente habilitadas para que desempenhassem funções valorizadas. Trabalhos domésticos, bem o sabemos, foram sempre tidos como de menor importância. Como afirma Perrot (2005), mulheres sempre trabalharam, mas nem sempre exerceram profissões.

Naturalmente consideradas frágeis e pouco hábeis para desempenhar qualquer tarefa que fugisse ao universo doméstico, a participação das mulheres no mundo do trabalho foi protelada por um discurso que insistia em lhes naturalizar a inaptidão para qualquer atividade produtiva. Como a execução de tarefas domésticas jamais foi valorizada, criou-se a falsa idéia de que mulher e trabalho são elementos que não se articulavam. Desconsideraram-se, assim, o cuidado com os filhos, com a casa, o preparo dos alimentos, as atividades coletoras; ainda hoje significativas em muitas sociedades e fundamentais para a sobrevivência do grupo. Na demarcação de papéis masculinos e femininos predominou uma dialética que opôs o mundo da produção versus o da reprodução, da esfera pública versus esfera privada e que foi profundamente prejudicial às mulheres porque engessou a compreensão da participação delas no mundo do trabalho (MOURA, 2002).

Para Bruschini (1992), os conceitos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho, baseados nas atividades econômicas desempenhadas pelo homem, assim como os procedimentos metodológicos dos levantamentos censitários, ocultam a contribuição feminina. Os critérios de captação de dados sempre privilegiaram o trabalho regular, contínuo, em tempo integral e formalmente remunerado e que se mostraram inadequados para a análise de países cuja estrutura econômica está assentada, sobretudo, em atividades informais e agrícolas, de caráter sazonal. O trabalho feminino, por sua vez, tem frequentemente sido realizado de maneira descontínua, em tempo parcial, concentrado nos setores tradicionais de produção ou em pequenas empresas familiares. Isso faz com que ele se torne pouco visível e, conseqüentemente, desvalorizado.

Conquanto representando uma força de trabalho expressiva desde os primeiros momentos da Revolução Industrial, as mulheres estiveram subsumidas dentro da categoria homogênea de classe trabalhadora. Apesar da importância que a mão-de-obra feminina assumiu logo nos primeiros anos da industrialização os estudos específicos sobre a classe trabalhadora permaneceram centrados exclusivamente na experiência masculina.

No Brasil, embora a composição sexuada da classe trabalhadora tenha sido nítida desde a Primeira República, com as operárias têxteis e as costureiras constituindo um percentual importante da mão de obra e marcando presença, inclusive, nas lutas operárias e na imprensa anarquista, foi somente nos fins da década de 1970 e início dos anos 80 que os sociólogos e os historiadores se voltaram de maneira mais expressiva à atuação da mulher, numa tentativa de compreender as formas femininas de organização e participação no movimento operário (SOUZA-LOBO, 1992).

Embora ser esposa, mãe e dona-de-casa fossem tidos como o principal papel da mulher, como pregavam Igreja, médicos e juristas, e referendavam os manuais de economia doméstica, muitas foram aquelas que fugiram a esse papel normativo, e sempre à custa de muita incompreensão. O preconceito e a discriminação, enfrentados pelas mulheres que buscavam um trabalho fora de casa, atingia-as de maneiras distintas. Quanto mais baixo estivessem na escala social, menor a condenação que sofriam. Desse modo, enquanto as senhoras das classes dominantes pouco mais se aventuravam do que idas à igreja, a presença das mulheres pobres nas ruas comercializando gêneros alimentícios, lavando roupas, trabalhando de costureiras e fiandeiras em fábricas de tecidos, era bastante freqüente, fosse isso visto com bons olhos ou não.

No século XIX, predominava uma percepção do trabalho feminino muito associado à de luta pela sobrevivência, mas que, com o avançar do tempo, foi se alargando e seduzindo outros estratos sociais, além de ir se apresentando outras razões para o seu desempenho. O desenvolvimento de novas tecnologias e a expansão de órgãos do governo, empresas comerciais, serviços financeiros e de comunicações proporcionou um número crescente de cargos de escritório. As moças de classe média passaram a ocupar cargos de balconistas, datilógrafas, auxiliares de escritório e nas fábricas; enquanto as instruídas e de “boas” famílias dominaram o magistério e, mais tarde, a enfermagem, atividades que não apresentavam riscos de “masculinizar” a mulher porque perpetuavam os estereótipos da natureza feminina (BESSE, 1999).

É importante ressaltar que, no Brasil, houve uma importante conjunção entre imigração e industrialização, com significativo número de mulheres imigrantes que ingressou na força de trabalho de maneira abundante e barata. Em 1912, em São Paulo, inspetores do Departamento Estadual do Trabalho constataram nos estabelecimentos fabris que de um total de 1.775 operários, 1.340 eram do sexo feminino. Com o passar dos anos elas foram sendo sucessivamente substituídas pelos homens, empurradas para as atividades secundárias pelo discurso médico-higienista, que insistia no papel delas como esposa e mãe, contribuindo para a sua desvalorização profissional (RAGO, 1985).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras para sua profissionalização- convém lembrar o Código Civil de 1916 que determinava a necessidade de autorização do marido ou juiz para que uma mulher casada se empregasse (MALUF e MOTT, 1998) - chegamos ao final do século XX com um enorme contingente de mulheres trabalhadoras. Cada vez mais o mercado as absorve e não apenas as mais jovens, as solteiras e as sem filhos, como no passado, mas tem havido uma tendência crescente de inserção também daquelas mais velhas, casadas e com filhos. Esse aumento evidencia que as responsabilidades familiares não mais se constituem num fator impeditivo ao trabalho feminino, como ocorria até a década de 1970 (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2001).

O aumento da atividade das mulheres brasileiras não é apenas o resultado de necessidade econômica e da ampliação de oportunidades do mercado de trabalho, mas também uma consequência das transformações demográficas, culturais e sociais que estão ocorrendo no Brasil e que afeta particularmente as mulheres e as famílias (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2001).

Pensar a questão da participação das mulheres na esfera produtiva implica em repensar a própria categoria trabalho, alargando sua compreensão, de modo a abarcar uma multiplicidade maior de atividades. Levamos em conta que o trabalho foi um elemento importante para a conquista de direitos pelas mulheres, ainda que esta deva ser sempre uma observação devidamente dimensionada, pois embora não se possa negar que ele melhore consideravelmente o papel da mulher, não é capaz de isolado provocar a igualdade com os homens. Isso porque a desigualdade entre os gêneros não se fundamenta apenas na esfera econômica e material, mas se inscreve na cultura, nas idéias, na linguagem e no imaginário,

enfim, no conjunto de representações sociais que impregnam as relações humanas (SILVA, 1997).

Outro agravante é que, na atualidade, embora esteja definitivamente inserida na esfera produtiva, grande parte da mão-de-obra feminina está concentrada em atividades informais, de má qualidade e sem proteção da legislação trabalhista. Além disso, as mulheres ainda ganham menos do que os homens em razão do sexismo das ocupações. Os guetos femininos no mercado de trabalho criam uma divisão entre atividades tidas como masculinas e as femininas, sendo essas últimas pouco privilegiadas (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001).

No Brasil, acompanhando uma tendência mundial, tem se percebido uma diminuição do hiato salarial entre homens e mulheres, em especial nas gerações mais jovens, o que aponta para uma continuidade da redução de diferenciais, à medida que as mulheres mais velhas, de menor escolaridade e mais segregadas em ocupações de pior qualidade vão sendo substituídas por mulheres mais jovens.

Como resultado disso, o trabalho doméstico continua sendo tido como a principal atividade feminina, dando a qualquer outra o caráter de secundário ou complementar. É justamente isso que permite a prática discriminatória que a mulher ocupa no mercado de trabalho: baixas taxas de atividades, estreito número de ocupações, baixos níveis salariais, breve duração de vida ativa e baixo nível de qualificação. Apesar da crescente contribuição feminina nas despesas domésticas, algumas vezes sendo mesmo superior à masculina, isso não parece refletir na representação simbólica dos papéis, pois as pesquisas do IBGE revelam que a idéia do provedor continua diretamente associada ao homem (ARAÚJO, SCALON, 2005, p.34). Por mais que a mulher trabalhe e contribua com as despesas da família, a imagem do provedor está, invariavelmente, colada à do homem.

Segundo Abramo (1999), quando uma mulher está casada, há uma redução de 50% das suas chances de trabalho. Curiosamente, mulheres em união consensual têm 10% a mais de chance de estarem empregadas. Evidencia-se que mulheres que não são legalmente casadas são menos dependentes dos seus parceiros.

No caso das mulheres pertencentes aos estratos mais empobrecidos, deve-se levar em conta que o número de filhos e a idade do mais novo é um complicador para o ingresso no mundo do trabalho, devido à dificuldade para pagar alguém para cuidar da(s) criança(s) e a insuficiência de creches; exceto quando se pode contar com a colaboração de parentes.

É comum que mães, sogras, avós, tias, se revezem nos cuidados com as crianças para que uma mãe possa sair para o trabalho. As creches aparecem também como uma alternativa, mas nem sempre plenamente viáveis. Basta pensarmos que, muitas vezes, o horário de entrada ou de saída dos pequenos não é coincidente com o horário de trabalho das mães. Apesar dessas dificuldades que as mulheres pobres enfrentam, Itaborá (2003) ressalta que é justamente nesses estratos que as taxas de participação laboral têm se incrementado mais acentuadamente nas últimas décadas na América Latina.

### **A pesquisa empírica**

Mandaguari é uma cidade de pouco mais de 32 mil habitantes, situada no eixo Maringá-Londrina e distante 390 km da capital Curitiba.

A maioria de nossas entrevistadas está na informalidade, sendo bastante difícil quantificar a renda familiar mensal delas com precisão. De um modo geral, as que trabalham têm uma situação um pouco melhor do que as que são unicamente donas-de-casa. Isso porque essas últimas, quase sempre, estão em companhia de homens que também não dispõem de uma renda adequada e alguns sequer têm um trabalho fixo. Quase sempre trabalhadores rurais sofrendo o efeito da sazonalidade e dos períodos de seca ou de chuva, o que cria uma situação de enorme instabilidade para suas famílias.

Macêdo (2001) identifica três perfis possíveis de mulheres trabalhadoras, chamando-as de avulsas, estáveis e qualificadas. No primeiro grupo, estariam aquelas que desenvolvem atividades ligadas ao mercado informal e sem vínculo empregatício, tais como lavadeira, diarista, servente e também as empregadas domésticas. Essas últimas, embora com direitos legais já adquiridos, têm tido pouco acesso às garantias legais que lhe são devidas. O segundo grupo compõe um leque mais amplo de ocupações como auxiliar de serviços gerais, agentes de portaria e lavadeiras hospitalares, todas com baixo nível de exigência em termos de habilidades para a execução das tarefas, mas, de todo modo, com uma vinculação efetiva no mercado de trabalho, englobando também nesse grupo, as pensionistas ou aposentadas, que, embora realizem atividades avulsas, possuem certa segurança advinda das pensões ou das aposentadorias. Por fim, o terceiro grupo, o das qualificadas, seria constituído por trabalhadoras estáveis com uma qualificação mínima de nível médio e recebendo salários mais elevados, que é representado por professoras primárias, secretárias, funcionárias públicas com as funções de técnicas de laboratório e agentes penitenciárias.

Na relação de nossas entrevistadas, encontramos um alto índice de mulheres que se enquadrariam no grupo das avulsas, um reduzido número no grupo das estáveis e nenhuma podendo ser inserida no rol das qualificadas.

Assim, vejamos: a maioria das mulheres declarou ser “apenas” dona de casa. Das que executam tarefas externas, três estão ligadas à reciclagem de lixo, que tem se tornado, nos últimos anos, uma fonte alternativa bastante procurada por famílias de baixa renda no município; três são diaristas, isto é, prestam serviços domésticos esporádicos em casas de família, recebendo em torno de R\$10,00 a R\$20,00 por dia de trabalho, não sendo também incomum o pagamento em forma de alimento ou de roupas usadas. O trabalho de diarista é bastante instável, podendo passar duas ou mais semanas sem que elas sejam chamadas. Três entrevistadas são trabalhadoras rurais, também denominadas bóias-frias, empregadas na colheita de café, algodão ou no corte da cana, serviço este mais pesado. Algumas podem ser enquadradas na categoria de trabalhadoras rurais, mas também prestam qualquer outro tipo de serviço, isto é, vivem de bicos, que são atividades muito incertas. Embora somente uma das entrevistadas tenha confessado valer-se do expediente da mendicância, pudemos constatar que um número maior delas recorre ao mesmo expediente, ainda que não o tenham confessado. Por mais de uma vez nos foi possível encontrá-las em frente a supermercados ou em pontos estratégicos da cidade solicitando ajuda.

Apenas uma das entrevistadas definiu-se como empregada doméstica e tendo uma renda fixa que lhe assegurava maior estabilidade quando comparada às demais, embora o salário não fosse significativo e ela não dispusesse de carteira assinada, um benefício instituído pela Constituição de 1988.

A fim de melhor explicar as experiências de nossas entrevistadas, vamos dar-lhes nomes. Estes, embora fictícios, nos permitirão melhor compreender a experiência dessas mulheres, sujeitos de carne e osso e não criaturas abstratas.

D. Ângela, 71 anos, é aposentada, enquanto Conceição e Neuza, respectivamente com 47 e 42 anos, recebem pensão dos maridos falecidos. Aos 44 anos, Teresa é outra que recebe pensão do marido, mas complementa o ganho prestando serviços de diarista com assiduidade, por isso está enquadrada em ambas as categorias.

Das que trabalham na reciclagem, Maria (28), Fátima (29) e Roselaine (43), a primeira é quem apresenta uma situação menos precária. Roselaine, que trabalha junto com o companheiro, não ultrapassa a renda média mensal de R\$200,00. Sua irmã, Fátima, que também trabalha em parceria com o companheiro, diz obter, em média, R\$240,00. Vale ressaltar que o salário mínimo à época era de R\$ 260,00.

Maria, por sua vez, é a melhor sucedida. Sozinha consegue obter uma renda que gira em torno de R\$240,00. Este, somado aos ganhos do marido, ainda que incertos, pois ele é

trabalhador rural, permite à família uma situação um pouco melhor. O fato de sua renda ser maior do que a das outras duas mulheres é fácil de entender. Enquanto essas percorrem a cidade normalmente na parte da manhã e muito eventualmente na parte da tarde, Maria pode ser encontrada em qualquer horário com seu carrinho cheio de papéis e garrafas, em uma jornada de trabalho estafante.

Entre todas as entrevistadas, Neuza (42) e Valdicéia (41) são as que apresentam melhores condições financeiras. Neuza recebe dois salários mínimos de pensão do marido falecido. Além disso, conta com a ajuda do atual companheiro, com quem vive em união consensual. Ele colabora com R\$150,00 no orçamento da casa.

Embora Valdicéia esporadicamente preste serviço de diarista, seu atual companheiro recebe um salário que os coloca em uma posição bastante vantajosa em relação às demais famílias. Buscamos fixar a renda familiar mensal de nossas entrevistadas em até, no máximo cinco salários mínimos, e essa família foi a única que chegou a esse patamar. Entretanto Valdicéia confessou-nos que o companheiro não arca com as despesas pessoais dela, razão pela qual ela continua trabalhando. Além disso, diz gostar de trabalhar, coisa que fez desde muito nova, o que lhe garante uma liberdade da qual não abre mão. Curiosamente, o companheiro de Valdicéia responsabiliza-se pelas despesas da ex-mulher, com quem foi legalmente casado. Valdicéia, com quem vive em união consensual, parece ter sorte menor.

É interessante observar que em um momento em que o sistema produtivo alcança níveis altamente especializados, com a introdução de novas tecnologias de base microeletrônica, essas pessoas continuam a desempenhar trabalhos tão primários. São mulheres que não estão sequer inseridas no que os pesquisadores norte-americanos e europeus vêm denominando de “working poor”, isto é, tarefas normalmente desempenhadas por trabalhadores de tempo parcial, normalmente do sexo feminino, e quase sempre em situação particularmente vulnerável (HIRATA, 2002).

A intensificação da participação feminina no mercado de trabalho, mais evidenciada na segunda metade do século XX, motivou pesquisas econômicas que contemplaram a mudança na divisão social do trabalho entre homens e mulheres no âmbito doméstico. A participação masculina no trabalho doméstico aumentou nos últimos 50 anos, mas ainda é inferior a das mulheres (MADALOZZO, MARTINS, SHIRATORI, 2010).

Entre nossas entrevistadas, o cansaço com a rotina diária dos trabalhos domésticos apareceu de maneira bastante evidenciada nos depoimentos, tidos como um peso enorme, especialmente para as que trabalham fora de casa e precisam, assim, conjugar uma jornada dupla.

### **Trabalho doméstico: todo dia fazer tudo sempre igual**

Acusado como uma das mais importantes formas de opressão feminina, o trabalho doméstico debilita a mulher tanto física quanto psicologicamente. Lavar, passar, varrer, cuidar de crianças, cozinhar, costurar são funções tidas como exclusivamente femininas e têm sido responsabilizadas por um sem número de casos de LER (lesões por esforços repetitivos) ou DORT (distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho). Segundo Jacques (2000), estas doenças vitimam três mulheres para cada homem.

A participação dos homens no trabalho doméstico aumentou nos últimos 50 anos, mas ainda é bastante inferior ao das mulheres e, além disso, cabe a eles as tarefas consideradas “mais nobres” (MADALOZZO, MARTINS, SHIRATORI, 2010). A divisão do trabalho doméstico ainda tem um caráter bastante restrito, ficando a maior parte dos trabalhos sob responsabilidade feminina. Enquanto a mulher tem obrigação com o trabalho da casa, o homem, quando executa alguma tarefa, esta é sempre a título de ajuda.

No caso das mulheres das camadas populares a situação é ainda pior, uma vez que seus companheiros tendem culturalmente a uma posição mais conservadora e pouco se prestam aos serviços domésticos, tidos como tarefas de mulher.

Pesquisa realizada em 2001 junto a 2.502 mulheres, de 15 anos ou mais, moradoras de 187 municípios de 24 estados brasileiros, constatou que em 96% dos domicílios a principal responsável pelas tarefas domésticas é a mulher. Além disso, quando outra pessoa participa na responsabilidade com os serviços domésticos, em 49% dos casos tratava-se também de outra mulher. Na limpeza da casa, cozinhar, lavar e passar a roupa os maridos dedicam, em média, menos que 2,5 horas por semana, enquanto as mulheres investem quase 28 horas. Com os cuidados com as crianças, os maridos gastam quase 3 horas, enquanto suas companheiras comprometem mais de 18 horas. Já quanto aos cuidados com os idosos, os homens gastam menos que meia hora contra quase duas horas investidas pelas mulheres. A situação das mulheres que estão no mercado informal é pior do que a daquelas que estão formalmente empregadas. Os maridos destas últimas despendem, em média, quase uma hora mais por semana com as tarefas domésticas do que aqueles cujas mulheres estão no mercado informal. Possivelmente esta maior colaboração seja motivada pelo retorno obtido com o trabalho remunerado da mulher e a elevação do status familiar. Acrescente-se ainda o fato daquelas que dispõem de um emprego formal terem a capacidade de negociação mais fortalecida (SORJ, 2004).

Para Passerini (1991), mesmo a grande oferta de eletrodomésticos, que propiciou uma verdadeira proposta de “taylorização” do trabalho doméstico, não chegou a alterar muito esse quadro de sobrecarga de trabalho feminino. Isso por duas razões: para as mulheres de menor poder aquisitivo a disponibilidade desses equipamentos é rara e, mesmo aquelas que os possuem, ainda assim despendem tempo considerável na administração, na organização e no planejamento das atividades na unidade doméstica.

Devido à falta de qualificação, muitas mulheres optam pelo serviço de empregadas domésticas, situação em que podem, de certo modo, continuar a circular no âmbito do privado, reproduzindo no universo de outras famílias seu papel feminino. Desse modo, o serviço de empregada doméstica não serve como um desencadeador para uma real tomada de consciência ativa e participativa da mulher. Sua realização se dá apenas em um nível de sobrevivência (MENEZES, 2001).

Embora se considere o trabalho doméstico como sendo inerente à personalidade feminina, muitas mulheres não se adaptam a ele. Aparecida é um exemplo claro dessa inadaptação. Com filhos pequenos, tendo de cuidar também do sogro doente, ela diz que tem uma vida sofrida. Admite que não está sozinha nesta luta, a vida de toda mulher é sempre sofrida: *“Vai levar filho prá creche, chega em casa é casa pra limpar, roupa prá lavar, marido prá encher o saco. Quer dizer, vida de mulher é sofrida, né? “.* Consciente das desigualdades, lamenta, mais do que reclama: *“Porque eles? Eles vão trabalhar, mas depois que eles chegam em casa toma banho [...] tá certo que eles dão duro lá fora, mas quando chega em casa, toma banho, perninha prá cima, televisãozinha, comidinha na mão, comidinha feita”.*

O marido trabalha na roça. Serviço pesado, duro, certamente estafante. Aparecida reconhece, mas não se dá por vencida. Confessa que provoca o marido, descarrega nas palavras as suas frustrações e mágoas com uma vida de privações, sem ter tempo e dinheiro para fazer uma unha, arrumar um cabelo, só cuidando de filho, só mexendo com as lidas da casa.

Fátima e Teresa foram as únicas que não se queixaram da falta de colaboração masculina. O caso de Teresa, em particular, merece ser analisado.

Ela trabalha como diarista. Sai todos os dias cedo para o trabalho em diferentes casas, onde passa todo o dia. Retorno ao final da tarde, cansada, mas encontra a casa arrumada, a



comida feita, a roupa lavada e passada, a filha menor cuidada. Tudo feito pelo companheiro, que, como não tem emprego, faz todo o serviço da casa. À noite ele vai para a escola, onde está aprendendo a ler e a escrever, num curso de alfabetização. Um mundo às avessas? Teresa parece achar que sim e ressentir-se disso. Conversa comigo baixinho e diz que a vida está muito pesada porque “*trabalha o dia todo para sustentar a casa e o marido não faz nada*”. Nada? Pergunto-lhe assustada. Nada, ela confirma reproduzindo o preconceito masculino, numa curiosa inversão de papéis. Teresa não valoriza o trabalho doméstico e parece nem se dar conta disso.

As filhas de Teresa, Rosário, 26 anos, e Júlia, 22, não têm a mesma sorte com a participação dos companheiros. Estes não as ajudam sequer quando precisam levantar de madrugada para levar uma criança doente ao pronto socorro. O companheiro de Rosário justifica-se que tem de “*pular da casa às cinco horas*” e, por isso, precisa descansar. As duas lembram que, mesmo morando em bairros considerados “perigosos”, são obrigadas a levantar e, sozinhas, irem até um orelhão chamar a ambulância quando alguma criança adoecer.

Vale frisar que tanto Júlia quanto Rosário não sentem muita simpatia pelo companheiro da mãe. Entre outros motivos, confessou-me Júlia, porque ele não *trabalha* (grifo meu), não faz nada: “*vive encostado na mãe*”.

O que temos aqui é claramente uma dificuldade de se livrar dos estereótipos, dos papéis prontos. Tanto por parte da mãe quanto das filhas. O trabalho doméstico é desprestigiado. Seja realizado por homem ou por mulher é tido como um não trabalho.

Assim, a crença de que o trabalho doméstico é feito para as mulheres aparece como naturalizada. Ainda que alguns homens possam realizar alguma atividade, a maior parte dos serviços está a cargo das mulheres. Quando elas possuem muitos filhos, especialmente quando de pouca idade, a carga de serviço é ainda maior. Se há meninas na casa a tendência é que essas auxiliem as mães nas tarefas menores.

Embora em uma primeira conversa quase todas as entrevistadas tenham declarado que não criam os filhos de maneira distinta em função do sexo, uma observação mais atenta nos faz ver que essa afirmativa nem sempre encontra sustentação na realidade.

Maria, por exemplo, nos diz que os filhos pouco ajudam nos serviços da casa, mas que dispensa a eles tratamentos iguais. Não foi o que nos pareceu evidenciar sua fala. À menina cabe arrumar a casa, que é o espaço de todos, enquanto ao menino fica apenas o cuidado com aquilo que lhe pertence diretamente, como arrumar a sua cama e limpar os seus sapatos.

Heilborn (1997), discutindo o universo das relações familiares, distingue dois aspectos: o da obrigação e o da ajuda. Em razão da diferença na articulação de papéis sociais para meninos e meninas, o trabalho doméstico vem revestido de um conteúdo de obrigação para as meninas e de ajuda para os meninos, condicionada à vontade deles. Já o trabalho no âmbito público surge como uma obrigação dos meninos e rapazes quando se encontram em torno dos quatorze anos.

As mulheres com as quais conversamos nesses meses da pesquisa percebem a desigualdade de gênero presente em nossa sociedade e com maior ou menor ênfase se dizem insatisfeitas com essa situação, seja no interior da família ou fora dela. Todavia, embora consigam detectar essa realidade não nos pareceram capazes de identificar a família como agente reprodutor desses modelos machistas, pois educando as filhas da mesma maneira como foram educadas, embora digam o contrário, terminam pensando a supremacia dos homens como um processo natural e não uma situação historicamente construída. O pior é que não se trata apenas de um prejuízo legado à mulher. Ao criar meninos e meninas de formas distintas, perpetuando padrões comportamentais que lhes engessam as atitudes, as mães não vitimam apenas suas filhas. Em nosso ponto-de-vista, os meninos também sofrem muito com uma educação que lhes impõe uma masculinidade ao qual nem sempre conseguem adequar-se com perfeição.

Vimos como diferentes aspectos conjugados contribuem para diminuir as chances de inserção de nossas entrevistadas no mercado formal: baixo nível educacional, pouca qualificação, presença de filhos pequenos e reduzida oferta de trabalho formal no município de Mandaguari. As experiências de vida relatadas por essas mulheres mostram um cotidiano marcado por labor intenso, porém desprovido de qualquer regulamentação, o que lhes coloca numa situação de grande vulnerabilidade, diminuindo as margens de negociações na luta pelos seus direitos tanto dentro quanto fora de casa.

### Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. ¿Inserción laboral de las mujeres em América Latina: una fuerza de trabajo secundaria? *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v.7, n.1-2, p.224-235, 1999.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.15-77.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.121-142.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHANUM, Sandra G.; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu: Desafios da Equidade*, Campinas: UNICAMP, v.17-18, p.157-196, fev. 2001.

FENSTERSEIFER, Gilda Puchério. Mulheres da saúde mental: quem são elas?. In: STREY, Marlene Neves et al. (Orgs.). *Construções e Perspectivas em Gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 2001. p.49-62.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R. (Org.). *Quem Mandou Nascer Mulher? estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Ventos, 1997. p.291-342.

HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual?. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.339-356.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças no Brasil (1984-1996): explorando relações. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas: UNICAMP, Nepo, v.20, n.2, p.157-176, 2003.

KHENG, E. E.; BRIAN, Célia. Valuing motherhood? Experience of mothers returning to paid employment. *Women's Studies Journal*, New Zealand: Otago University, v.19, n.1, p.11-24, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de aula. In: DEL PRIEORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das Mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.443-479.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Celi Regina (Orgs.). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2001. p.53-84.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sérgio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico. In: *Revista Estudos Feministas*, 18 (2), Florianópolis, maio/ago. 2010, p. 547-561.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.367-422.

MENEZES, Ana Maria T. de. Mulheres: fruto de dominação e fruta para libertação. In: STREY, M. N. et al. (Orgs.). *Construções e Perspectivas em Gênero*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001. p.125-134.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. A história da criança no Brasil: algumas reflexões a partir de dois textos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2002. p.47-54.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Classe e gênero no Brasil contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In: *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Calara Araujo e Celi Scalon (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 173-202.

SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 51-97.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. *Você acha que a gente vai poder com homem: práticas conjugais entre mulheres das camadas populares*. Curitiba, 2007. 303 f. Tese (Doutorado em Historia). Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA Suely de (Orgs.). *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.107-120.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.252-265.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora e coordenadora dos cursos de pós-graduação da UNIFAMMA-Maringá.